

TURISMO E TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE MARAGOGI-AL, BRASIL: PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Tourism and Territory in the Municipality of Maragogi-AL, Brazil: Process of Social Participation and Local Development

ARTEMÍSIA DOS SANTOS SOARES¹, FRANCISCO FRANSUALDO DE AZEVEDO²

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p2>

RESUMO³

O processo de desenvolvimento ocorre quando o crescimento econômico se apresenta atrelado à melhoria de qualidade de vida e à expansão das liberdades, incluindo-se aí, a participação que se desdobra não somente na importância da população nas discussões ligadas às políticas públicas, mas também, na relevância do acesso aos bens e serviços públicos ligados ao bem-estar social. O município de Maragogi, no Estado de Alagoas, se tornou território apropriado pelo turismo de massa a partir das ações governamentais por meio do Prodetur Nordeste, recebendo os impactos decorrentes de tais ações. Diante do exposto, este estudo tem como objetivo discutir as implicações socioeconômicas das políticas públicas de turismo no município de Maragogi-AL. Os resultados apontam que a desigualdade presente na dinâmica socioeconômica e política brasileira, apesar de não estar correlacionada estritamente à atividade turística, tem sido acentuada por meio do estabelecimento de modelos de desenvolvimento que põem em xeque a participação, havendo descentralização da força decisória, mas não desconcentração, isto é, a redistribuição da renda tão discursada na forma de bem-estar social, perpetuando desigualdades fundadas pela cultura canavieira.

2

PALAVRAS-CHAVE

Turismo. Participação Social. Desenvolvimento Local. Maragogi-AL, Brasil.

¹ **Artemísia dos Santos Soares** – Mestra. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Maragogi, Alagoas, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1052024626478722> E-mail: artemisiasoares@yahoo.com.br

² **Francisco Fransualdo de Azevedo** – Doutor. Professor no Programa de Pós-Graduação em Turismo e no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2719998085102847> E-mail: ffazevedo@gmail.com

³ **Processo Editorial** - Recebido: 18 MAR 19; Avaliado: MAI - DEZ; Aceito: 7 DEZ 19.

ABSTRACT

The development process occurs when economic growth is linked to the improvement of quality of life and the expansion of freedoms. This includes the participation of the population in public policy discussions, as well as the relevance of social welfare in the form of access to public goods and services. The municipality of Maragogi, in the state of Alagoas, has become an appropriate territory for mass tourism from government actions through Prodetur Nordeste, receiving the impacts resulting from such actions. Thus, this study aims to discuss the socioeconomic implications of public tourism policies in the municipality of Maragogi-AL. The results indicate that the inequality present in the Brazilian socioeconomic and political dynamics, although not strictly correlated with tourism, has been accentuated through the establishment of development models that question participation. Decentralization of the decision-making force is observed, but not deconcentrating, that is, the redistribution of income in the form of social welfare. Inequalities based on sugarcane culture are perpetuated.

KEYWORDS

Tourism. Social Participation. Local Development. Maragogi-AL, Brazil.

INTRODUÇÃO

Este estudo focaliza os aspectos referentes à formação dos processos de participação social e busca contribuir com o debate sobre a efetivação de políticas públicas para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, sobretudo às ligadas ao turismo no município de Maragogi. Trata-se de um município litorâneo, localizado no extremo Norte do estado de Alagoas, equidistante 125 km de duas capitais regionais, Maceió, em Alagoas, e Recife, em Pernambuco. Configura-se como o segundo polo receptor de turistas do Estado e possui quase quatro mil leitos disponíveis, de resorts a pousadas rústicas com administração familiar (Sedetur, 2014), condição conquistada pela junção de dois fatores principais: apreciável patrimônio paisagístico e o investimento privado com estímulo de incentivo fiscal.

Historicamente, duas políticas federais são emblemáticas no contexto da adoção do turismo como uma estratégia de desenvolvimento na escala regional no Brasil. Tratam-se da Política de Megaprojetos, na década de 1980, e do Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste [Prodetur-NE], na década de 1990. A Política de Megaprojetos teve como objetivo atrair equipamentos turísticos, principalmente da rede hoteleira, através de incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo governo dos respectivos estados nos quais se esperava que os projetos fossem implantados (Cruz, 2002).

Soares, A. dos S. & De Azevedo, F. F. (2020). Turismo e território no Município de Maragogi-AL, Brasil: processo de participação social e o desenvolvimento local. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 12(1), 2-23. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p2>

Ao aderir ao Programa de Regionalização de Turismo [PRT], durante o Prodetur/NE II, o governo de Alagoas, por meio da Secretaria Estadual de Turismo [Setur], definiu cinco regiões turísticas como prioritárias, em seguida definidas como polos de desenvolvimento: Metropolitana, Costa dos Corais, Caminhos do São Francisco, Lagoas e Mares do Sul e Quilombos. Dentre os municípios envolvidos, o Ministério do Turismo [MTur] elegeu Maceió, representante da Região Turística Metropolitana, e Maragogi, representante do Polo Costa dos Corais, para figurar entre os 65 destinos indutores do turismo, no País. A região turística Costa de Corais é composta pelos municípios Maragogi, Japaratinga, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres, Passo de Camaragibe, Barra de Santo Antônio e Paripueira (SEPLAG, 2015). Vale salientar, ainda, que a costa litorânea de todos os municípios inseridos na Região Turística Costa de Corais, inclusive Maragogi, está inserida, também, na Área de Proteção Ambiental Costa de Corais [APACC], a maior Unidade de Conservação federal marinha do Brasil (Brasil, 1997).

Nota-se, portanto, uma iniciativa de descentralizar a gestão pública de turismo por meio do PRT. A descentralização é aqui concebida como uma medida política ligada à participação da sociedade civil nas decisões, acompanhamento e/ou avaliação e fiscalização das políticas públicas (Lobo, 1990). Portanto, nesse entendimento, a descentralização da gestão pública implica necessariamente numa redistribuição do poder na alocação das decisões (Tobar, 1991). Sob esta perspectiva, a estrutura de gestão do turismo no Brasil permite que a elaboração das políticas nacionais seja subsidiada pela participação e pela integração de uma variedade de atores, quer sejam públicos ou privados, no âmbito nacional, regional, estadual e municipal.

Não obstante, seu funcionamento apresenta aspectos que têm circunscrito e, por vezes, travado seus resultados, pois se verifica que muitas das ferramentas de participação encontram-se ainda no âmbito discursivo, resultando em uma reduzida participação cidadã e na recriação de um poder desconectado da expressão política dos cidadãos. Em muitos casos, os espaços públicos participativos se limitam ao atendimento constitucional e legitimação das ações do Estado, com baixa ou até mesmo inexistente, participação social. Por exemplo, o estudo de Alencar, Cruken, Fonseca, Pires e Ribeiro (2013) que ao analisar conselhos nacionais, inclusive o Conselho Nacional de Turismo, sugere um tipo de representação elitizada da sociedade nos espaços de participação. Adicionem-se a isto, indícios da baixa participação social no âmbito das instâncias de gestão estadual e municipal (Soares, Emmendoerfer & Monteiro, 2013; Coutinho, 2015).

Participação, portanto, pressupõe a articulação social entre os diversos agentes locais, públicos e privados. Por conseguinte, quando há ausência de participação cidadã no processo de

construção de respostas às demandas sociais, inúmeras consequências ocorrem: (1) diminuem as chances de melhoria da condição de vida para uma maioria desassistida; (2) aumenta a possibilidade de grupos de interesse que tenderão a beneficiar-se mutuamente para adquirirem a manutenção do poder e do status quo; (3) fortalece o padrão patrimonialista brasileiro, onde os interesses privados invadem e atropelam o interesse público; e (4) gera inúmeras ações negativas que debilitam a república através do enfraquecimento da ação do indivíduo e de uma possível representação civil organizada (Tenório, Melo, Dias, Villela & Lopes, 2010).

Seguindo esta prerrogativa, este artigo objetiva apresentar uma pesquisa em andamento que adota uma análise das relações entre os diferentes agentes nos processos participativos do turismo em Maragogi-AL e, para tanto, considerar-se-á o período entre 1994 e 2018 para fins de investigação deste processo, período este marcado pela implantação do Prodetur/NE, no ano de 1994, e pela implantação do Programa de Regionalização do Turismo, em 2004, por estes se apresentarem como um “moderno gerenciamento que supõe planejamento participativo e estratégico” (Paiva, 2010, p. 198). A questão que se coloca é que, mesmo com uma estrutura fundada sob a prerrogativa de uma gestão descentralizada e participativa, com dados que apontam resultados de contínuo desenvolvimento regional, constata-se que a população local não participa de forma ativa das discussões, decisões e ações relacionadas ao turismo praticado no lugar; nem de forma passiva, na forma de acesso aos benefícios socioeconômicos decorrentes deste (Alió, 2013).

5

REVISÃO DE LITERATURA

Falar de democracia remete ao modelo da Grécia clássica, que está na gênese da civilização ocidental. Embora apoiada numa concepção restrita e elitista de cidadania, a democracia grega continha, apesar disso, elementos comunitaristas e participativos em que, no espaço da *polis*, o autogoverno e o princípio da rotatividade eram estimulados. Formas de democracia representativa e também de democracia participativa tiveram aí a sua origem. Foi também aí que os primeiros demagogos mostraram pela primeira vez o perigo do populismo e os efeitos nefastos da retórica, na sua capacidade de perverter a democracia e de manipulação da vontade popular.

A crise de contratualização, que está em curso nas democracias modernas no quadro da globalização neoliberal, consiste na aparência de compromissos, através de condições impostas ao parceiro mais fraco do contrato (Santos, 2006). Daí o desmantelamento do contrato social e

o crescimento desregulado das subclasses e dos setores excluídos, que se traduzem no enfraquecimento da democracia representativa e na dificuldade de pôr em prática a sua variante participativa. Com efeito, as oligarquias instaladas nos sistemas democráticos representativos – e nas burocracias que lhes dão suporte – só podem ser combatidas com base em formas de participação democrática que recuperem o princípio da ‘autorização’, através da rotatividade. Esta, porém, só terá lugar se os setores organizados da sociedade civil se mobilizarem, pressionando as *lógicas aparelhistas*¹ e exigindo mais democracia interna no funcionamento dos partidos e outras estruturas associativas. Seguindo este pressuposto, Sen (2010) alerta que, muito embora “devamos reconhecer a importância das instituições democráticas, elas não podem ser vistas como dispositivos mecânicos para o desenvolvimento. Seu uso é condicionado por nossos valores e prioridades e pelo uso que fazemos das oportunidades de articulação e participação disponíveis” (p. 208).

Nesse contexto, Singer (2002) defende que “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir” (p. 9). Portanto, “a chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez de um contrato entre desiguais” (p. 9), porque o resultado natural da competição é a desigualdade. Na mesma linha de pensamento, Jean-Jacques Rousseau (1978) afirma que as leis “não são, propriamente, mais do que as condições da associação civil. O povo, submetido às leis, deve ser o seu autor. Só aqueles que se associam cabe regulamentar as condições da sociedade” (p. 55). Assim, a teoria política de Rousseau defende a necessidade de que os indivíduos dependam reciprocamente uns dos outros, uma vez que necessitam atuar em cooperação para impetrarem seus anseios coletivos. O mesmo autor advoga a participação dos indivíduos no processo político de tomada de decisões para que sejam determinadas, efetivamente, leis que concorram ao bem comum.

Ao compreender as ideias de Rousseau (1978), Pateman (1992) afirma que a “participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas” (p. 35). Todavia, há que se enfatizar que para que a participação se realize, a educação deve ser libertadora. Sob a concepção de Freire (2016), “quanto mais se adaptam as grandes majorias às finalidades que lhe sejam prescritas pelas minorias

dominadoras, de tal modo que careçam aquelas do direito de ter finalidades próprias, mais poderão estas minorias prescrever” (p. 88). Freire ainda defende que “o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação” (p. 98-99). “E, se o pensar só assim tem sentido, se tem sua fonte geradora na ação sobre o mundo, o qual mediatiza as consciências em comunicação, não será possível a superposição dos homens sobre os homens” (p. 99), isto é, a prática da educação libertadora contra a dominação.

Sob a perspectiva de participação apresentada, a dicotomia que se observa entre a complexidade do fenômeno turístico e a importância da atividade econômica por ele gerada acabam por afastar duas categorias de análise que no fundo são complementares e que se retroalimentam constantemente: território e lugar. A atividade econômica é resultado do acontecer do fenômeno socioespacial e não deve [ou não deveria poder] ser estudada, ordenada e planejada de forma separada dele. O fenômeno socioespacial do turismo envolve diversos grupos de agentes sociais diferentes [turistas, empresários, poder público, trabalhadores diretos e indiretos, e população residente nos destinos turísticos, entre outros], resultando na turistificação de partes do espaço, produzindo territórios descontínuos, que se organizam a partir da lógica reticular das redes. Nesses territórios-rede do turismo (Fratucci, 2008), se pode observar territorialidades distintas convivendo e disputando em um eterno devir os espaços apropriados a partir de lógicas específicas, nem sempre convergentes.

É nesse sentido que se dá o entrelaçamento da participação ativa e passiva (Alió, 2013) dos residentes nos lugares turistificados, visto que, enquanto agentes intrínsecos ao fenômeno devem envolver-se ativamente no processo decisório, contudo também se apresentam enquanto usufruintes dos benefícios socioeconômicos decorrentes do turismo enquanto residentes do lugar, gerando multiplicidade de funções coexistido no mesmo território (Massey & Keynes, 2004), no território do turismo. Ainda, dentre essas várias dimensões do turismo, a econômica tem sido destacada pela sua magnitude e sua prioridade para o sistema econômico vigente, baseado no modo de produção neoliberal que privilegia os interesses e os efeitos do e para o capital financeiro. Analisada de forma isolada, a atividade turística resulta da ação de apenas de alguns daqueles agentes sociais indicados anteriormente: os empresários e o poder público. Os outros agentes, incluindo os turistas, são incluídos e contemplados apenas como agentes secundários, tanto no aspecto político, quanto socioeconômico.

Fratucci (2014) chama a atenção para o fato de que o poder público, em seus diversos níveis de atuação, quando se volta para agir e ordenar o desenvolvido do turismo, o faz a partir da sua dimensão econômica e aqui se apresenta uma contradição, pois o poder público, enquanto agente social responsável por orientar os rumos de uma sociedade em um determinado território, vem atuando, através da elaboração e implementação de políticas públicas de turismo, de modo parcial, privilegiando as demandas e interesses do capital financeiro, em detrimento das demandas e interesses dos demais agentes sociais também envolvidos com o fenômeno turístico. Orientados pelo modo neoliberal de produção, os governos atuam em conluio com os agentes do mercado, interessados em ordenar os territórios a partir das suas necessidades, lógicas e interesses para a reprodução do capital a partir de uma maior lucratividade dos seus negócios e empreendimentos. Até mesmo os turistas, responsáveis iniciais pelo fenômeno turístico, são tratados apenas como clientes, enquanto os trabalhadores são vistos apenas como oferta de mão de obra a ser apropriada conforme as diretrizes e condições do capital.

Afinal, por que as políticas públicas direcionadas para o ordenamento e o fomento do turismo são conduzidas de maneira tão míope pelas representações econômicas do setor, se não há dissociação entre a espacialidade do fenômeno turístico e da sua atividade econômica? Essa visão, ainda hoje hegemônica, que vê o turismo apenas pelo prisma economicista, impede que o seu desenvolvimento contribua plenamente para um processo gerador de melhorias na qualidade de vida das sociedades envolvidas e desenvolvimento local. Desse modo, as políticas públicas propostas para o setor turístico têm deixado de lado as demais dimensões do fenômeno, especialmente aquela relacionada com a sua espacialidade (Fratucci, 2014), ou seja, têm sistemática e praticamente ignorado os processos de apropriação dos territórios por eles constituídos, bem como a transformação dos lugares, reproduzindo desigualdades históricas e estruturais.

8

METODOLOGIA

Esta investigação se realizou por meio de uma pesquisa descritivo-explicativa correlacionando os conceitos e práticas de participação social, desenvolvimento e turismo no objeto analisado. Para tanto sobressai como percurso metodológico uma abordagem qualitativa, não definida pelos instrumentos ou pelos dados, mas, sobretudo, pelos processos e pelas formas de construção do conhecimento. Nesse sentido, buscou-se compreender de forma crítica as

Soares, A. dos S. & De Azevedo, F. F. (2020). Turismo e território no Município de Maragogi-AL, Brasil: processo de participação social e o desenvolvimento local. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 12(1), 2-23. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p2>

concepções e consciência dos investigados, os quais se constituem atores envolvidos diretamente com tal prática no universo empírico delimitado para a pesquisa, seguindo o pressuposto de que “la interacción activa del conocimiento y la ignorância también será un elemento central de las estructuras teóricas de la nueva ciência; y la admisión de otras formas de pensamento será inherente a su práctica social” (Funtowicz, 1995, p. 5).

Enquanto cerne da investigação, que teve como objetivo geral analisar o processo de participação social no desenvolvimento do turismo em Maragogi-AL (Soares, 2019) fez-se uso da metodologia participativa para obtenção dos resultados, definida como Pesquisa-Ação Participativa [PAP]. A pesquisa-ação participativa, a PAP, tem suas origens na confluência de um conjunto de escolas de investigação social e de escolas de pedagogia social e se pode definir como um método de estudo e ação que procura obter resultados confiáveis e úteis para melhorar as situações coletivas, embasando a pesquisa na participação dos próprios coletivos a investigar. Assim, passam de ‘objeto’ de estudo a sujeito protagonista da pesquisa, controlando e interagindo ao longo de todo processo investigativo e, para tanto, necessitando um envolvimento e convivência do investigador externo na comunidade a estudar (Alberich, 2002).

Todavia, para alcance do objetivo específico com os resultados ora apresentados – discutir as implicações socioeconômicas das políticas públicas de turismo no município de Maragogi-AL –, fez-se uso de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica e documental envolveu, sobretudo, a análise histórica e sociológica sobre o município investigado, bem como as bases legais e principais documentos relacionados à gestão do turismo, tais como os planos estaduais, regionais e municipais de Turismo, além do plano diretor municipal, incluindo-se aí os documentos relativos à APACC, como o Plano de Manejo, que estabelece limites e ordena a prática do turismo realizado nas piscinas naturais.

Cabe aqui mencionar, ainda, o levantamento de dados relacionados aos índices socioeconômicos e produtos cartográficos obtidos junto aos órgãos oficiais de estatística nacionais. Esta fase trata-se da utilização de fontes bibliográficas como possibilidade de cobertura ampla e aprofundada da realidade constatada, permitindo uma análise dos dados e resultados à luz da teoria referenciada, ampliando as perspectivas de investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na dinâmica de relações de poder em que se insere o município de Maragogi, trata-se de lugar receptor de financiamento para fomento da prática turística, mas que anteriormente e ainda

atualmente convive com o vetor econômico da atividade canavieira. Conforme Carvalho (2015), na segunda metade do século XVI a Capitania de Pernambuco, ainda conhecida como Nova Lusitânia, se expande para o Sul, conquista a região de Porto Calvo e, depois, a metade meridional de Alagoas. A colonização se dava pela expulsão dos índios e pela doação de sesmarias para a instalação de engenhos de cana-de-açúcar e fazendas de gado.

A formação da sociedade alagoana se iniciou, em 1575, por meio de uma sesmaria localizada entre o rio Santo Antônio e o Cabo de Santo Agostinho, abrangendo desde uma pequena parte do atual território sul pernambucano até o município de São Luís do Quitunde, cobrindo as terras atuais de doze municípios. Ali foram construídos sete engenhos de açúcar e criada a primeira freguesia de Alagoas, em 1590: Porto Calvo, da qual, após desmembramento, surgiu Maragogi, município foco desta investigação, se configurando, portanto, como berço do atual estado alagoano e palco de fortes embates entre dominantes e dominados em função, primordialmente, do poder político e econômico, dois aspectos que podem ser considerados diretamente correlacionados na constituição da cidadania, autonomia e desenvolvimento local.

Em 1636, em função dos interesses do poder instituído, político e religioso, o povoado de Porto Calvo foi elevado à condição de vila e recebeu o nome de Bonsucesso (Costa, 1983). Em 1700, o complexo canavieiro já estava estabilizado na região e possuía aproximadamente 40 engenhos (Carvalho, 2015). Em virtude das riquezas ali produzidas, os conflitos se [re]produziam, como a guerra contra os holandeses durante três décadas e a revolta do Quilombo dos Palmares que durou mais de seis décadas, os quais impediam a expansão do domínio português, mas exerciam domínio sob outro mando. Vale salientar que neste período a colônia vivia sob o controle de um governo fanático e absolutista, com apoio da Inquisição, numa situação na qual “não havia justiça, nem liberdade” (Cintra, 1933, p. 75). Nela, o brasileiro não podia abrir escolas, inexistia o direito de viajar, de ter ou receber livros, de professar outra religião que não a Católica, de fabricar tecidos, do exercício autônomo das profissões manuais ou demandar judicialmente os governantes.

Assim, Alagoas se desenvolveu economicamente a partir de dois modelos de colonização: “um baseado no pastoreio e na ausência da escravidão, o penedense; outro baseado na *plantation* açucareira, a presença da escravidão negro-africana. Um, com traços *democráticos* em sua organização social de fraca estruturação; outro, o porto-calvense, com forte e perversa estruturação social com ausência de elementos *democráticos*” (Lindoso, 2000, p. 43). Percebe-se, já a partir de então, a formação das características da sociedade que, atualmente, compõe o

município de Maragogi. E nesse ínterim, a partir do crescimento dos povoados, justificou-se a criação de novas freguesias, entre elas, Maragogi, em 1717.

O monopólio da atividade canavieira sobre o uso do solo, impactou fortemente sob a perspectiva ambiental e, sobretudo, no plano social: a cana-de-açúcar “formou uma sociedade hierarquizada, de castas, escravista, senhorial, de traços feudais, que influencia nossas vidas até hoje” (Tenório & Dantas, 2010, p. 10). Assim, a estrutura de propriedade da terra, com o consequente sistema de poder, criada nos três primeiros séculos de colonização marcou para sempre o modelo econômico, social e político de Alagoas. Vale salientar que o período a partir de 1817, ano da emancipação política de Alagoas em relação à província Pernambuco, os grupos oligárquicos que existiam e disputavam o mando político em Alagoas se transformaram em partidos, conforme os respectivos interesses econômicos. E, com a chegada da Guarda Nacional, tais oligarquias alcançam também poder político por meio da patente de ‘coronel’: àquele que “traça os rumos das relações sociais e políticas da localidade ao concentrar em suas mãos o domínio econômico”, político e até religioso (Monteiro, 1981, p. 15).

Outra passagem histórica interessante à esta investigação trata-se da reação dos banguzeiros à chegada da modernização, os quais criaram, em 1875, no Norte de Alagoas [no qual se insere o município de Maragogi] sua primeira associação, o Comício Agrícola do Quitunde e Jetituba, com o objetivo de defender os interesses da classe e apoiar a modernização dos engenhos. Tratava-se de um espaço político que foi ampliado, em 1901, com a criação da Sociedade Alagoana de Agricultura, que, apesar do nome, representava tão somente os interesses do setor açucareiro (Santana, 2011, p. 124-128).

Percebe-se, portanto, a capacidade de organização daqueles que detém o poder econômico em função das necessidades, também, de intervir na política a eles relacionada. O mesmo não se dá com a classe trabalhadora que, na investigação realizada, se mantém à margem de todo processo de lutas e relações de poder. Assim, enquanto os usineiros lutavam para monopolizar o setor açucareiro utilizando o máximo de cana própria, em vez de buscar fornecimento junto aos banguês, resistindo ao Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941 que limitava em 50% o máximo de cana própria utilizado na usina (Heredia, 1988), os trabalhadores do mundo canavieiro permaneciam sob rígida “estratificação social com relações de trabalho que continuaram determinadas pelo monopólio da terra, exercido pelos engenhos e, depois, pelas usinas, os quais realizaram a integração dos ex-escravos e dos trabalhadores livres e pobres,

Soares, A. dos S. & De Azevedo, F. F. (2020). Turismo e território no Município de Maragogi-AL, Brasil: processo de participação social e o desenvolvimento local. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 12(1), 2-23. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p2>

transformados em assalariados, os ‘moradores’ na área canavieira sem autonomia real” (Carvalho, 2015, p. 65).

Em Maragogi, de forma similar ao marco histórico da criação do Comício Agrícola do Quitunde e Jetituba, em 1875, atualmente, os empreendedores ligados à cadeia produtiva do turismo se reúnem sob a designação do Costa de Corais Convention & Visitors Bureau, “entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com um importante papel de consolidar e representar o *trade* turístico da Costa dos Corais” (CCCVB, s.d.), cuja missão é: “Desenvolver ações que garantam o turismo sustentável na região da Costa dos Corais [Litoral Norte do Estado de Alagoas], representando seus associados na geração de negócios e a promoção do destino no mercado nacional e internacional” (CCCVB, s.d.). Contudo, não há semelhante organização por parte dos trabalhadores do *trade* turístico, indicando a permanência dos níveis altos de autonomia e participação junto às classes com amplo acesso a recursos econômicos, tornando-os capazes de influenciar politicamente conforme interesses da classe, em detrimento da coletividade da população residente e/ou trabalhadora local.

Conforme investigação realizada por Kaspary (2012), a atividade turística em Alagoas desenvolveu-se morosamente e sem um forte respaldo institucional. Conforme Veras Filho (1991), a inauguração do Estado Rei Pelé, conhecido popularmente como Trapichão, em 1970, foi o precursor da ‘era do turismo’ em Alagoas. O Trapichão foi o primeiro equipamento de grande porte capaz de atrair um número significativo de visitantes para eventos. No entanto, a inauguração do Hotel Jatiúca, em 1979, é considerada o marco principal do desenvolvimento do turismo em Alagoas. Tal fato coincide, ainda, com construção da Rodovia AL101 [Norte], permitindo a conexão entre Maragogi e dois centros urbanos, Recife-PE e Maceió-AL. O primeiro, forte polo comercial, econômico e industrial de relevância regional, além de ser capital do Estado de Pernambuco. O segundo, a capital do Estado alagoano. A partir da década de 1980, melhorias para acesso via terrestre foram realizadas que, unindo-se à beleza paisagística do lugar e à grande extensão de terras desocupadas, tornou o município alvo das políticas públicas de indução ao turismo.

Na mesma investigação, Kaspary (2012) informa que o processo de ocupação turística de Maragogi se acelerou a partir da chegada do primeiro grande empreendimento, o Hotel Salinas de Maragogi, em 1989. Em junho de 1990, foi lançado pelo então presidente da Embratur, Ronaldo Monte Rosa, o Projeto Costa Dourada, que atenderia a área litorânea de Alagoas e Pernambuco, a partir de Barra de Santo Antônio até Porto de Galinhas, incluindo Maragogi. Tal

projeto fazia parte de um megaprojeto turístico já referenciado na introdução deste estudo (Cruz, 2002) e continha características exógenas à realidade local, tal como criticado por Maranhão (2017). Mesmo assim, àqueles que detinham capacidade financeira para se adequar às novas demandas obtiveram apoio do poder público, os quais vislumbrava oportunidade de desenvolvimento econômico (Becker, 2010).

Como mencionado anteriormente, o município de Maragogi se tornou alvo das políticas públicas de indução ao turismo em função de suas particularidades paisagísticas e à grande extensão de terras desocupadas, portanto, para compreensão, cabe aqui contextualizá-lo espacialmente. O município em foco localiza-se na porção Nordeste do Estado de Alagoas. Apresenta uma área de 334,385 km² e está inserido na Mesorregião do Leste Alagoano e na Microrregião do Litoral Norte do estado. Como já apresentado na introdução, este limita-se ao Norte com o município de São José da Coroa Grande, no Estado de Pernambuco; ao Sul com o município alagoano de Japaratinga e o Oceano Atlântico; a Oeste com os municípios de Porto Calvo e Jacuípe; e a Leste com o Oceano Atlântico.

Conforme o Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE, 2007), em divisão territorial datada de 1 de janeiro de 1979, o município é constituído de dois distritos: Maragogi e Barra Grande, além de, atualmente possuir 18 assentamentos rurais constituídos por intermédio da Reforma Agrária (INCRA, 2016). O município possui 8 praias, todas inseridas na Área de Proteção Ambiental Costa de Corais, a maior unidade de conservação federal marinha do Brasil, a qual possui mais de 400 mil hectares de área e cerca de 120 km de praia e mangues, sendo elas [direção Pernambuco à Alagoas]: Peroba, Ponta de Mangue, Antunes, Burgalhau, Barra Grande, Maragogi [centro], Camacho e São Bento. Vale ressaltar que o município possui população composta por 28.749 pessoas, conforme o Censo 2010 (IBGE, 2010) e densidade demográfica de 86,06 hab/km². O IBGE registra, em 2018, 32.369 pessoas residindo em Maragogi.

O território do turismo se configura como a soma dos territórios dos turistas, dos agentes do mercado, do poder público, dos trabalhadores da atividade [diretos e indiretos] e do território da população local dos destinos turísticos. Sob esta ótica, é condição *sine qua non* a contemplação das relações e interações que se estabelecem entre os territórios de cada agente social, assim como a valoração do lugar, pois é a partir delas que se percebe os níveis de participação e cidadania no processo de estabelecimento da perspectiva de desenvolvimento que se deseja alcançar. Seguindo esta abordagem, esta investigação se propõe a fazer uma

relação entre os dados relativos ao turismo em Maragogi e os reflexos destes nos residentes do lugar, isto é, uma análise sob a perspectiva da participação passiva (Alió, 2013).

Durante o processo de turistificação de Maragogi, a orla marítima foi construída, serviços de infraestrutura foram requeridos e o lugar vivenciou um gradativo processo de ampliação de sua urbanização. Vale salientar que a infraestrutura turística e seus equipamentos foram elaborados voltados para o turismo de sol e mar, em função do principal atrativo do município: a visitação às piscinas naturais. Desde a década de 1980, Maragogi vem ocupando posição de destaque na atividade turística, tanto no âmbito do Estado de Alagoas, como regionalmente. Atualmente, apresenta-se como a segunda destinação turística mais visitada de Alagoas e em 2016, o Salinas do Maragogi All Inclusive Resort foi considerado pelo TripAdvisorⁱⁱ, o segundo melhor hotel do mundo para família e o melhor da América do Sul.

Houve crescimento no número de implantação de meios de hospedagem em períodos que coincidem com o lançamento do PRODETUR/NE I (1994), como também do Programa de Regionalização do Turismo [PRT, 2004] os quais elegeram Maragogi como um dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil, tornando-o modelo para o desenvolvimento turístico regional, incluindo nisto a busca por um padrão mínimo de bem-estar social para sua população, além de outras exigências.

Prosseguindo com a contextualização da prática turística, vale a pena mencionar que a atualização da antiga lei de benefícios e isenção fiscal, em 2014 foi apontada como diferencial no Índice de Competitividade do Turismo Nacional - Maragogi (2015), pois esta não vinha sendo aplicada. Esta nova lei reduz o Imposto Sobre Serviços [ISS] do município de 5% para 3,5% para diversas atividades econômicas, inclusive para o turismo, todavia com a devida aplicação, diferenciando-se da realidade anterior, levando em consideração o marco lógico do PRODETUR/NE II que teve como premissa “melhorar a qualidade de vida da população local dos polos turísticos”, dentre tantas formas, por meio do aumento da arrecadação do ISS dos municípios inseridos nos polos para distribuição em benefícios voltados ao bem-estar social. Além deste dado, o Estudo para o Desenvolvimento de um Turismo Sustentável no Litoral Alagoano (2015) aponta o crescimento na movimentação de passageiros nas capitais nordestinas, demonstrando a dinâmica crescente nos aeroportos de Maceió e Recife, pontos principais de chegada dos turistas que se dirigem à Maragogi.

Nota-se que o movimento de passageiros no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, localizado na capital Maceió, apresentou um aumento, no período de 2011 a 2014, de 22% na

quantidade de embarques e desembarques, sendo a segunda maior taxa de crescimento da região nordestina nesse período. Ainda, segundo este estudo, a rede hoteleira de Maceió apresentou em 2014, segundo o Boletim de Ocupação Hoteleira [BOH], valores significativos, principalmente nos meses de alta temporada, como janeiro, por exemplo, em que a taxa de ocupação hoteleira foi de aproximadamente 80%.

Acerca do período de 2002 a 2011, também é possível perceber a evolução da participação das atividades econômicas de alojamento e alimentação no valor adicionado de Alagoas, sendo esta uma das poucas formas de verificar a contribuição do turismo para a economia alagoana. O referido estudo também informa que, depois da região Metropolitana, a região turística Costa dos Corais é a que possui maior número de meios de hospedagem e leitos. Dados da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo [SEDETUR] apontam que 24,7% dos meios de hospedagem disponíveis no estado de Alagoas localizam-se nos municípios litorâneos da região da Costa dos Corais, contando com 18,3% dos leitos do Estado. E, destes municípios, Maragogi é o que detém maior número de meios de hospedagens e, conseqüentemente, de leitos.

Entretanto, o município de Maragogi pertence a um dos estados mais pobres do Brasil, Alagoas, estando em 27º lugar [última posição] no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal [IDHM], no Unidades da Federação 2010 do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013). Segundo o Índice FIRJANⁱⁱⁱ de Desenvolvimento Municipal de 2013, Maragogi apresenta 0,5747e ocupa o 32º lugar no ranking estadual e 4124º no ranking nacional (IFDM, 2015). Todavia, Maragogi experimentou um avanço em 2013 em relação a 2007, quando detinha a 42ª posição no ranking estadual e a 4610ª no ranking nacional e apresentava índice IFDM de 0,5079 (IFDM, 2007 apud Kaspary, 2012), especialmente no quesito saúde, alcançando índice de 0,6727, considerado um desenvolvimento moderado, no entanto ainda não suficiente, tendo em vista que o ideal deste índice seria ultrapassar 0,8 pontos, índice não alcançado por nenhum dos municípios alagoanos. A posição do município se apresenta de modo similar no Índice de Desenvolvimento Humano [IDH-M]. Nestes, Maragogi apresentou um índice de 0,574 em 2010, indicando fragilidade no IDHM-Educação, que obteve índice de 0,443 (PNUD Brasil, 2013).

Quanto à economia de Maragogi, segundo o Censo Nacional (IBGE, 2012), o município alcançou um Produto Interno Bruto [PIB] de 149.928,47 mil reais e PIB per capita de 5.032,17 mil reais. Deste montante, 8,36% referem-se ao setor agropecuário, 11,69%, à indústria e 79,95% ao setor de serviços. Percebe-se, portanto, a importância do turismo para a economia local, inclusive ao

Soares, A. dos S. & De Azevedo, F. F. (2020). Turismo e território no Município de Maragogi-AL, Brasil: processo de participação social e o desenvolvimento local. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 12(1), 2-23. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p2>

se levar em conta o PIB per capita. Todavia, em 2015, o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13,1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 51 de 102 e 15 de 102, respectivamente (IBGE, 2015). Já considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 50,8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 67 de 102 dentre as cidades do estado e na posição 1246 de 5570 dentre as cidades do Brasil. Por isso, Carvalho (2012) já indicava que, em verdade, a renda do município provém em sua maioria de transferências federais, como previdência e programas do governo federal como o Bolsa Família. O mesmo autor afirma que Alagoas é um dos estados que mais se beneficiam desses programas centrados na transferência direta de renda. A relevância de tais programas para a economia alagoana se percebe quando o autor chega a comparar os recursos desse programa com a massa salarial gerada no corte da cana.

Alagoas obteve, na safra 2011/2012, uma safra de 29 milhões de toneladas, e cada tonelada de cana cortada pagou ao trabalhador R\$5,00. Se toda a cana-de-açúcar do estado fosse colhida manualmente, a renda gerada naquela safra seria de R\$145 milhões, uma massa salarial e anual correspondente a uma quinta parte que o programa Bolsa Família para a seus beneficiários em Alagoas (Carvalho, 2012, p. 87).

Como parte de uma dinâmica de transformação, a educação se apresenta como ferramenta relevante para a conquista da participação, seja em quantidade, como em qualidade. No aspecto quantitativo tem-se que, em Maragogi, a taxa de escolarização para pessoas de 6 a 14 anos foi de 95,6%, em 2010. Isso posicionava o município na posição 65 de 102 dentre as cidades do estado e na posição 4802 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2010).

A saúde se configura como índice basilar para a construção do desenvolvimento, sobretudo, a taxa de mortalidade infantil. Em Maragogi, a taxa de mortalidade infantil apresenta média de 23,01 para 1.000 nascidos vivos (IBGE, 2014). Comparado com todos os municípios do estado, se encontra nas posições 17 de 102 e, quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 880 de 5570, uma constatação alarmante tendo em vista o montante que ingressa no município em decorrência, principalmente, da atividade turística que poderia redundar, neste caso, em vida para a população. Já, as internações devido a diarreias são de 0,4 para cada 1.000 habitantes (IBGE, 2016). Comparado com todos os municípios do Estado, aparece nas posições e 87 de 102, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3606 de 5570.

Esta realidade se torna mais impactante ao se perceber o nível de responsabilidade municipal sobre a saúde do lugar, remetendo mais uma vez à arrecadação municipal de ISS decorrente, sobretudo, da atividade turística. Quanto à diarreia, talvez não seja possível perceber de imediato sua correlação com a atividade turística, no entanto, Lins, Araujo e Lima (2017), ao analisar a implantação e operação do projeto de esgotamento sanitário de Maragogi, identificaram que o projeto de saneamento não contemplou todo o território do município, deixando várias fontes de esgoto fora do seu alcance. Assim, graves problemas ambientais relacionados ao saneamento continuam ocorrendo, apesar de a Prefeitura utilizar como uma das suas estratégias de marketing a informação de que o município seria 100% saneado. Segundo os autores, entre as décadas de 1970 e 1980, os investimentos em saneamento básico no Brasil atingiram seu ápice. Na época, segundo o estudo de Soares, Bernardes e Cordeiro Netto (2002), se consolidou o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), que deu ênfase aos sistemas de abastecimento de água em detrimento aos de coleta e tratamento de esgoto que se mantêm em níveis inaceitáveis, sobretudo nas regiões mais pobres do País.

Lins, Araujo e Lima (2017) informam que, quando não existe rede coletora de esgoto ou outra forma segura de destinar os dejetos domésticos como as fossas sépticas, os dejetos ou contaminam o solo ou os corpos d'água, deixando um rastro de degradação que também leva à veiculação de doenças dos mais diversos tipos, o que conflita com os objetivos da prática turística, especialmente, em Maragogi. Tais problemas trazem graves consequências para a balneabilidade de lugares turísticos, como Maragogi. Segundo o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, o termo balneabilidade empregado trata-se do indicador que mede as condições sanitárias das águas destinadas a recreação de contato primário. Assim, quando em uma amostra for constatada a presença da bactéria *Escherichia coli* significa dizer que esta está contaminada. Esta bactéria vive em esgotos e dejetos humanos e de animais e é encontrada na água ou solo contaminado, sendo o indicador de contaminação mais usado para identificar a degradação em corpos de água.

Além dos problemas relativos à saúde pública decorrentes desta realidade, há o agravante de que o referido projeto de saneamento básico foi iniciado e financiado sob a tutela do Prodetur/NE I, que, como já mencionado, tem como finalidade o desenvolvimento turístico do Nordeste brasileiro. O projeto subdimensionou a expansão populacional e a demanda por infraestrutura, acelerada pelo processo de turistificação pelo qual o território passou nos últimos anos:

Soares, A. dos S. & De Azevedo, F. F. (2020). Turismo e território no Município de Maragogi-AL, Brasil: processo de participação social e o desenvolvimento local. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 12(1), 2-23. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p2>

A área do projeto compreende uma estreita faixa costeira que vai do rio Maragogi, ao Sul, até Barra Grande, ao Norte, limitando-se a Oeste com a AL-101- Norte e a Leste com Oceano Atlântico abrangendo um total de 390 hectares (Projeto Técnico do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Maragogi, Alagoas, 1997). Isso equivale a apenas 1,165% da área do município ou 3,9km². Com base neste dado, pode-se inferir que o referido projeto não contemplou nem 2% da área física total do município, apesar de concentrar 60% de sua população, deixando de fora, além dos locais já densamente povoados, como São Bento, toda a porção da margem esquerda da AL-101-Norte que corresponde a 95% do município (Lins, Araújo & Lima, 2017, p. 290).

Assim, para os mesmos autores, torna-se compreensível a conclusão que a “percepção é que os projetos individuais sobrepõem-se aos coletivos causando uma distorção nas políticas públicas, com consequências negativas para a população e o meio ambiente, que ficam à mercê de políticas descontinuadas que não seguem uma linha única para um bem público” (p. 290).

CONCLUSÃO

A realidade apresentada denota que as melhorias convergem para os interesses privados dos empreendedores turísticos, de comerciantes locais e, construtores que expandem o mercado local, conformando-os no que se pode definir como elite local. Tal dinâmica segregatória se mostra evidente nos dados socioeconômicos do município. Nesse contexto, Kaspariy (2012,) afirma:

Estas transformações socioespaciais ocorridas nas três últimas décadas em Maragogi – populacional, territorial, multiplicação de equipamentos turísticos e evolução da infraestrutura básica – tem acarretado novas práticas socioeconômicas e o uso seletivo do território, contexto que coloca em questão o descompasso entre o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento social (p. 103-104).

Assim, a desigualdade presente na dinâmica socioeconômica e política brasileira, apesar de não estar correlacionada estritamente à atividade turística, tem sido acentuada por meio do estabelecimento de modelos de desenvolvimento que põem em xeque a participação preconizada em suas políticas, clarificando em seus desdobramentos o que se crê enquanto descentralização que, portanto, não significa e não se concretiza como desconcentração, ou seja, a redistribuição da renda tão discursada em forma de bem-estar social local, o desenvolvimento.

Esta investigação tem mostrado que as concepções sobre a participação apresentam um ponto em consonância: a necessidade do envolvimento de diversos setores da sociedade em questões que dizem respeito ao coletivo, procurando refutar ideias e atitudes que possam deixar os indivíduos alheios aos processos de produção de sua existência, o que representa a conscientização do seu poder de transformação. No entanto, para isso, o homem precisa ter

consciência de sua condição existencial e das relações que produz e transforma diariamente. Significa dizer que o homem tem o poder de criar e recriar sua existência cotidianamente.

A participação é, portanto, um processo de conquista [sócio-histórico-cultural] e de tomada de consciência [autopromoção] do seu papel como agente transformador da sociedade. Nessa concepção, Bordenave (1994) esclarece que “é possível fazer parte sem tomar parte e que a segunda expressão representa um nível mais intenso de participação” (p. 22). Ao ter como utopia realizável deseja-se uma sociedade mais participativa definidora de políticas públicas que possam constantemente combater as desigualdades sociais. Para Demo (2001) é necessário reduzir as desigualdades por meio da participação.

[...] a redução das desigualdades só pode ser fruto de um processo árduo de participação, que é conquista, em seu legítimo sentido de defesa de interesses contra interesses adversos. Não há por que enfeitar ou banalizar este processo, ainda que não deva em si ser necessariamente violento. Todavia, nos casos de desigualdade extrema, dificilmente se escapará da violência, mesmo porque já está instalada no cerne do processo (p. 23).

A persistência é um dos elementos essenciais para que os sujeitos possam transformar uma realidade social já determinada, buscando, incessantemente, momentos de participação popular em diversos movimentos organizados que pode, por exemplo, se concretizar na gestão do turismo. Pretende-se, neste escrito, superar a concepção de participação que contemple apenas a perspectiva da resistência após a efetivação de um processo de dominação típica da sociedade brasileira que vivenciou diversos modelos políticos de ditadura militar. Segundo Demo (2001), “por tendência histórica, primeiro encontramos a dominação, e depois, se conquistada, a participação. Dizer que não participamos porque nos impedem, não seria propriamente o problema, mas precisamente o ponto de partida. Caso contrário, montaríamos a miragem assistencialista, segundo a qual somente participamos se nos concederem a possibilidade” (p. 19).

Conforme Bordenave (1994), os processos participativos são entendidos como uma necessidade humana definida pelas circunstâncias sociais de um dado contexto histórico para a construção de espaços democráticos. Por isso, existem condições subjetivas [informação, motivação, educação para participar] que induzem a qualidade da participação dos sujeitos em processos decisórios (Ammann, 1977). Compreende-se, portanto, a participação como processo sócio-histórico-cultural (Demo, 2001), conquistado pelos próprios sujeitos, um constante vir a ser, fazendo-se cotidianamente nas relações sociais. Essas evidências levam a compreender, de forma mais ampla, a participação como fator essencial para a construção de espaços

Soares, A. dos S. & De Azevedo, F. F. (2020). Turismo e território no Município de Maragogi-AL, Brasil: processo de participação social e o desenvolvimento local. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 12(1), 2-23. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p2>

democráticos que possam envolver e promover a conscientização dos sujeitos, podendo o turismo se tornar um papel relevante no desenvolvimento de processos participativos.

Ao discutir as concepções sobre participação é necessário colocar em prática uma nova pedagogia organizativa para que as instituições públicas reflitam sobre sua prática, acerca do significado de seu caráter enquanto serviço público e a forma de gestão desenvolvida em seu interior. Assim, a partir dessa reflexão que a concepção democrática da gestão pública possibilitará a realização de um processo democrático coletivo. Para a obtenção de tal objetivo o Estado precisa viabilizar ações, não apenas promulgar leis [delegando responsabilidades] que citem a gestão democrática, mas, promover atitudes concretas que viabilizem e elevem o poder de decisão dos representantes da população, levando-os ao desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- Alagoas - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo. (2014). *Boletim de Ocupação Hoteleira*. Maceió: Sedetur.
- Alagoas - Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico. (2014). *Regiões Turísticas do estado de Alagoas, II*. Maceió: SEPLANDE
- Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. (2015). *Estudo para o desenvolvimento de um turismo sustentável*. Maceió: SEPLANDE.
- Alagoas. Secretaria Executiva de Turismo. (2010). *Fluxo turístico na região Costa dos Corais* (CD). Maceió: SETUR/AL.
- Alberich, T. (2002). Perspectivas de la investigación social. In M. Martí, R. Montañes & T. VillaSante. *La investigación social participativa: construyendo ciudadanía*. (pp. 65-78). Madrid: El Viejo Topo.
- Alencar, J., Crukên, I., Fonseca, I., Pires, R. & Ribeiro, U. (2013). Participação social e desigualdades nos Conselhos Nacionais. *Sociologias*, 15(32), 112-146. [Link](#)
- Alió, M. A. (2013). Experiencias de investigación participativa socioambiental em Catalunya. *Mercator*, 12(2), 133-144. [Link](#)
- Ammann, S. B. (1977). *Participação social*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Becker, L. C. (2010 (nov)). A questão regional e a sustentabilidade do desenvolvimento do Brasil contemporâneo. *Estudos Políticos*, 1(2), s.p.
- Bordenave, J. E. (1994). *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense.

Soares, A. dos S. & De Azevedo, F. F. (2020). Turismo e território no Município de Maragogi-AL, Brasil: processo de participação social e o desenvolvimento local. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 12(1), 2-23. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p2>

- Brasil - Banco do Nordeste do Brasil. (2010). *Prodetur*. [Link](#)
- Brasil - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. (1997). *Criação da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais e outras providências*. Brasília: Ibama. [Link](#)
- Brasil - Ministério do Turismo. (2004). *Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil*. Brasília: MTur.
- Brasil – Sebrae; Fundação Getúlio Vargas. (2015). *Índice de competitividade do turismo nacional: Maragogi*. Brasília: MTur.
- Carvalho, C. P. (2012). *Economia popular: uma via de modernização para Alagoas*. Maceió: Edufal.
- Carvalho, C. P. (2015). *Formação histórica de Alagoas*. Maceió: Edufal.
- Cintra, A. (1933). *A reabilitação histórica de Calabar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Costa, C. (1983). *História de Alagoas*. Maceió: Melhoramentos.
- Costa do Corais Alagoas Convention & Visitors Bureau - CCCVB. (s.d.).
- Coutinho, A. A. (2015). *Políticas públicas, desenvolvimento local e participação social nas instâncias de governança associadas ao turismo no Rio Grande do Norte*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. [Link](#)
- Cruz, R. (2002). *Políticas de turismo e território*. São Paulo: Contexto.
- Demo, P. (2001). *Participação é conquista: noções de política social*. São Paulo: Cortez.
- Firjan (2015). *Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal IFDM*. Índice de Desenvolvimento Municipal Maragogi-AL 2013. [Link](#)
- Fratucci, A. C. (2008). *A dimensão espacial nas políticas públicas de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense. [Link](#)
- Fratucci, A. C. (2014). A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo. In. T. D. Pimentel, M. L. Emmendoerfer & E. L. Tomazzoni. *Gestão pública do turismo no Brasil*. (pp. 39-64). Caxias do Sul: Educs.
- Freire, P. (2016). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Soares, A. dos S. & De Azevedo, F. F. (2020). Turismo e território no Município de Maragogi-AL, Brasil: processo de participação social e o desenvolvimento local. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 12(1), 2-23. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p2>

Funtowicz, S. (1995). *Problemas ambientales complejos y la ciencia post-normal*. Congreso Internacional Tecnologia, Desarrollo Sostenible y Desequilibrios XII, 14-16. Barcelona: Terrasa.

Heredia, B. (1988). *Formas de dominação e espaço social*. A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2007). *Histórico de Maragogi*. [Link](#)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010 - 2012 - 2014 - 2015 – 2016). *Panorama do município de Maragogi*. [Link](#)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. (2016). *Acervo fundiário*.

Kaspary, M. A. (2012). *Desenvolvimento turístico e desenvolvimento local no município de Maragogi, Alagoas*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas.

Lindoso, D. (2000). *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Catavento.

Lins, A. G., Araujo, L. M. & Lima, W. M. (2017). Turismo, espaço urbano e meio ambiente: análise do projeto de esgotamento sanitário do município de Maragogi (AL). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 10(2), 270-299.

Lobo, T. (1990). *Política social e descentralização*. Rio de Janeiro: MPAS CEPAL.

Maranhão, C. H. (2017). *A digital geográfica do turismo: uma análise teórico-metodológica e conceitual de teses e dissertações no âmbito dos programas brasileiros de pós-graduação strictu sensu em Geografia*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. [Link](#)

Massey, D., & Keynes, M. (2004). Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. *Revista Geographia*, 6(12), 7-28. [Link](#)

Monteiro, H. M. (1981). *Nordeste insurgente (1850-1890)*. São Paulo: Brasiliense.

Paiva, M. M. (2010). Análise do programa de desenvolvimento do turismo no Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. *Revista Administração Pública*, 44(2), 197-213. [Link](#)

Pateman, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Programa Nacional para as Nações Unidas – PNUD. (2013). *IDGHM municípios*. [Link](#)

Rousseau, J. J. (1978). *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural.

Soares, A. dos S. & De Azevedo, F. F. (2020). Turismo e território no Município de Maragogi-AL, Brasil: processo de participação social e o desenvolvimento local. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 12(1), 2-23. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p2>

Santana, M. M. (2011 [fac-símile, 1970]). *Contribuição à história do açúcar em Alagoas*. Maceió: Cepal.

Santos, B. S. (2006). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Aprofundamento.

Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Soares, A. S. (2019). *Turismo e desenvolvimento no município de Maragogi/AL: um olhar sobre os processos de participação social, democracia e cidadania*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Soares, E. B., Emmendoerfer, M. L. & Monteiro, L. P. (2013). Gestão pública no turismo e no desenvolvimento de destinos turísticos em um estado da federação brasileira: uma análise do planejamento estratégico do turismo em Minas Gerais. *Tourism & Management Studies*, 9(2), 50-56. [Link](#)

Soares, S. R., Bernardes, R. & Cordeiro Netto, O. M. (2002). Relações entre saneamento, saúde pública e meio ambiente: elementos para formulação de um modelo de planejamento em saneamento. *Cadernos de Saúde Pública*, 18, 1713-1724. [Link](#)

Tenório, D. A., & Dantas, C. L. (1970). *Caminhos do açúcar*. Engenhos e casa grandes de Alagoas. Maceió: IAM.

Tenório, F., Villela, I., Dias, A., Melo, W. & Lopes, J. (2010). A relação entre a sociedade civil e o estado de políticas na microrregião de Garanhuns. *Anais... IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social*.

Tobar, F. (1991). O conceito de descentralização: usos e abusos. *Planejamento e Políticas Públicas*, 5(1), 31-51.

Veras Filho, L. (1991). *História do turismo em Alagoas*. Maceió: Sergasa.

23

NOTAS

ⁱ Proveito que um partido ou grupo obtém através da nomeação dos seus membros para o aparelho de Estado.

ⁱⁱ Catraca Livre (s.d.). Resort-no-litoral-de-Alagoas-e-o-2º-melhor-do-mundo-para-familia. [Link](#)

ⁱⁱⁱ O IFDM foi elaborado pela Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). O índice considera dados oficiais estatísticos de três áreas do desenvolvimento humano: emprego e renda; educação; e saúde, em que apresentam mesmo peso. O IFDM varia de 0 (zero) a 1 (um) e quanto mais próximo do zero menor será o índice de desenvolvimento do município.